



Programas Estratégicos do Governo de Alagoas



GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL



Programas Estratégicos do Governo de Alagoas





GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador do Estado

Paulo Suruagy do Amaral Dantas
(2022 - Atual)
José Renan Vasconcelos Calheiros Filho
(2015 - 2022)

Vice-governador do Estado

Ronaldo Augusto Lessa Santos
(2023 - Atual)
José Wanderley Neto
(Maio a dezembro - 2022)
José Luciano Barbosa da Silva
(2015 - 2020)

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas

**Secretária/o de Estado do
Planejamento, Gestão e
Patrimônio**
Renata dos Santos (2022 - Atual)
Fabrício Marques Santos (2017 - 2022)

Secretário Especial de Planejamento, Orçamento e Governo Digital

Gabriel Albino Ponciano Nepomuceno

Superintendente Especial de Orçamento Público

Nathália Lavinia Farias de Araújo

Superintendente de Produção da Informação e do Conhecimento

Robson José Alves Brandão

Superintendente de Planejamento e Políticas Públicas

Genildo José da Silva

Equipe Técnica

Silvia Castro Souza Capelanes
Susan Ellen da Silva Brito
Eduardo Ferreira
Henrique de Oliveira Lisboa
José Vinicius do Nascimento
Pedro Antônio de Andrade Nascimento
Giovana Zucatto
Gabriela Martins
Emilene Santos

Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas

Secretário de Estado da Fazenda

George André Palermo Santoro

Secretário Especial da Receita Estadual

Luiz Dias de Alencar Neto

Superintendência Especial da Receita Estadual

Francisco Luiz Suruagy Motta
Cavalcante

Secretária Especial do Tesouro Estadual

Monique Souza de Assis

Superintendência de Política Fiscal

Marcos Vinicius Fernandes de Freitas

Superintendência Especial do Tesouro Estadual

Paulo Castro Cardoso da Silva

Secretária Executiva de Gestão Interna

Paloma Silva Tojal Rêgo

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Paulo Suruagy do Amaral Dantas
Governo do Estado de Alagoas



Observar, planejar e transformar

Observar, planejar e trabalhar para construir uma sociedade mais justa é a principal diretriz de todos que fazem o Governo de Alagoas. Cientes de uma história secular de pobreza, o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral têm um **compromisso de reverter quadros de desigualdade social**. Um compromisso que surge de dois tipos de observação: a do dia a dia, do contato, das nossas caminhadas por todos os 102 municípios, mas também um compromisso alicerçado na análise de dados e no trabalho de competentes profissionais que estão envolvidos na construção de políticas públicas que tornem nosso estado menos desigual.

Ninguém é capaz de fazer uma transformação deste porte sozinho, sem escutar, sem estudar, sem parcerias. Por isso eu valorizo tanto esta parceria do Governo de Alagoas com o ONU-Habitat. Um trabalho que é referência para o mundo, mas que, antes de tudo, é referência para milhares de alagoanos que já tiveram suas vidas melhoradas por este olhar, por este planejamento, por este trabalho para garantir uma vida com acesso aos serviços públicos.

Porém, é importante frisar que o nosso compromisso não é com o que já foi feito. Nosso compromisso está apontado para a mudança da realidade que ainda não

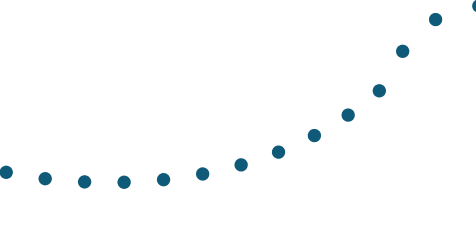
pôde ser transformada, mas que será e que é para já.

A partir da observação e análise dos dados desta realidade, nós, servidores e gestores públicos, vamos garantir uma série de políticas para dar autonomia a jovens e adultos, proteção às mulheres e crianças, segurança aos pais e mães de família, oportunidades aos micro, pequenos e médios empreendedores.

A construção dessas políticas perpassa, primordialmente, por projetos deste tipo, apoiados em **dados em diferentes escalas** e que não só balizam a tomada de decisões, como contribuem para a manutenção e o aprimoramento das práticas que permeiam a gestão pública.

O trabalho atuante dos servidores e servidoras das secretarias que também estiveram envolvidas nestas sistematizações assegura a qualidade da publicação e reforça a importância da ação colaborativa a favor da produção e democratização do conhecimento.

Observando, planejando, trabalhando muito, alinhados com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** da Organização das Nações Unidas, nós vamos mudar a vida de milhares de alagoanos e cumprir a missão que o povo nos confiou.



Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT)

Alain Grimard
Representante para o Brasil e Cone Sul

Rayne Ferretti Moraes
Oficial Nacional para o Brasil

Ana Elisa Larrarte
Coordenadora de Programas

Bruna Gimba | Julia Caminha
Laura Collazos
Analistas de Programas

Gabriel Vaz de Melo
Analista de Dados

Fábio Donato | Tiago Marques
Assistentes de Programas

Aléxia Saraiva
Analista de Comunicação

Camila Nogueira
Designer Gráfica

Claudia Bastos de Mello
Especialista Financeira

Adriana Carneiro | Vanessa Santos
Carolina Oliveira
Analistas de Operações

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Alex Rosa
Coordenador de Programas

Angélica Carnellosso | Fernanda Balbino
Paula Zacarias | Jônatas Ribeiro
Analistas de Programas

Harlan da Silva
Analista de Dados

Bethânia Boaventura |
Mariana Nascimento
Assistentes de Programas

Júlio dos Santos
Assistente de Dados

Minne Santos
Assistente de Comunicação

Sávio Silva
Designer Gráfico Júnior



VISÃO ALAGOAS 2030

Por um futuro urbano mais próspero, sustentável e inclusivo

A Organização das Nações Unidas propõe, desde 2000, agendas globais com objetivos e metas mensuráveis para promover a prosperidade enquanto protegemos o nosso planeta. Desde 2015, esse trabalho tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030: um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e promover vida digna a todos, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

Posteriormente, em 2016, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) estabeleceu a Nova Agenda Urbana (NAU), documento que serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, **repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades**. Ela representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acesso iguais aos benefícios e oportunidades.

Considerando a relevância do protagonismo dos estados e municípios para o cumprimento de ambas as agendas, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), agência da ONU que atua em prol do desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, trabalha diretamente com esses atores para aproximá-los dessas temáticas.

Foi com esse intuito que, em 2017, firmamos um Acordo de Cooperação com o Governo do Estado de Alagoas. O resultado foi o projeto Visão Alagoas 2030, que tem como principal objetivo fortalecer o engajamento estadual em prol de uma prosperidade urbana sustentável e inclusiva, através de uma melhor compreensão do ambiente urbano e do estabelecimento ou aperfeiçoamento de suas políticas públicas, planos e ações.

O Observatório de Políticas Públicas de Alagoas é um dos produtos desse acordo de cooperação e se apresenta como um espaço de produção, análise e disponibilização de dados e informações de natureza urbana, social, econômica e ambiental. Fruto do Observatório, esta publicação integra uma coletânea de **sistematização de nove Programas Estratégicos implementados pelo Governo de Alagoas** e visa contribuir para o registro das estratégias, ações e resultados atingidos nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado de 2015 a 2022.

Por meio dela, buscamos favorecer a gestão de conhecimento de toda a evolução das políticas ao longo do tempo e propor estratégias de **monitoramento e avaliação** dos resultados e impactos dos programas para além do período de implementação. Com mais este trabalho, esperamos colaborar para o desenvolvimento de uma visão de futuro para Alagoas, que amplie as possibilidades para as suas mais diversas comunidades, sem deixar ninguém e nenhum território para trás.

Boa leitura!

Rayne Ferretti Moraes
Oficial Nacional do ONU-Habitat para o Brasil





Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

Presidência

Marcos Nobre

Diretoria Científica

Raphael Neves

Diretoria Administrativa

Graziela Castello

Observatório de Políticas Públicas e Programas Estratégicos

Coordenador Geral

Tomás Wissenbach

Coordenador Executivo

Dorival Mata-Machado

Assistente de Coordenação

Gabriela Trindade

Especialista Qualitativa Sênior

Monise Picanço

Especialista em Sistemas de Informação Geográfica

Carolina Passos

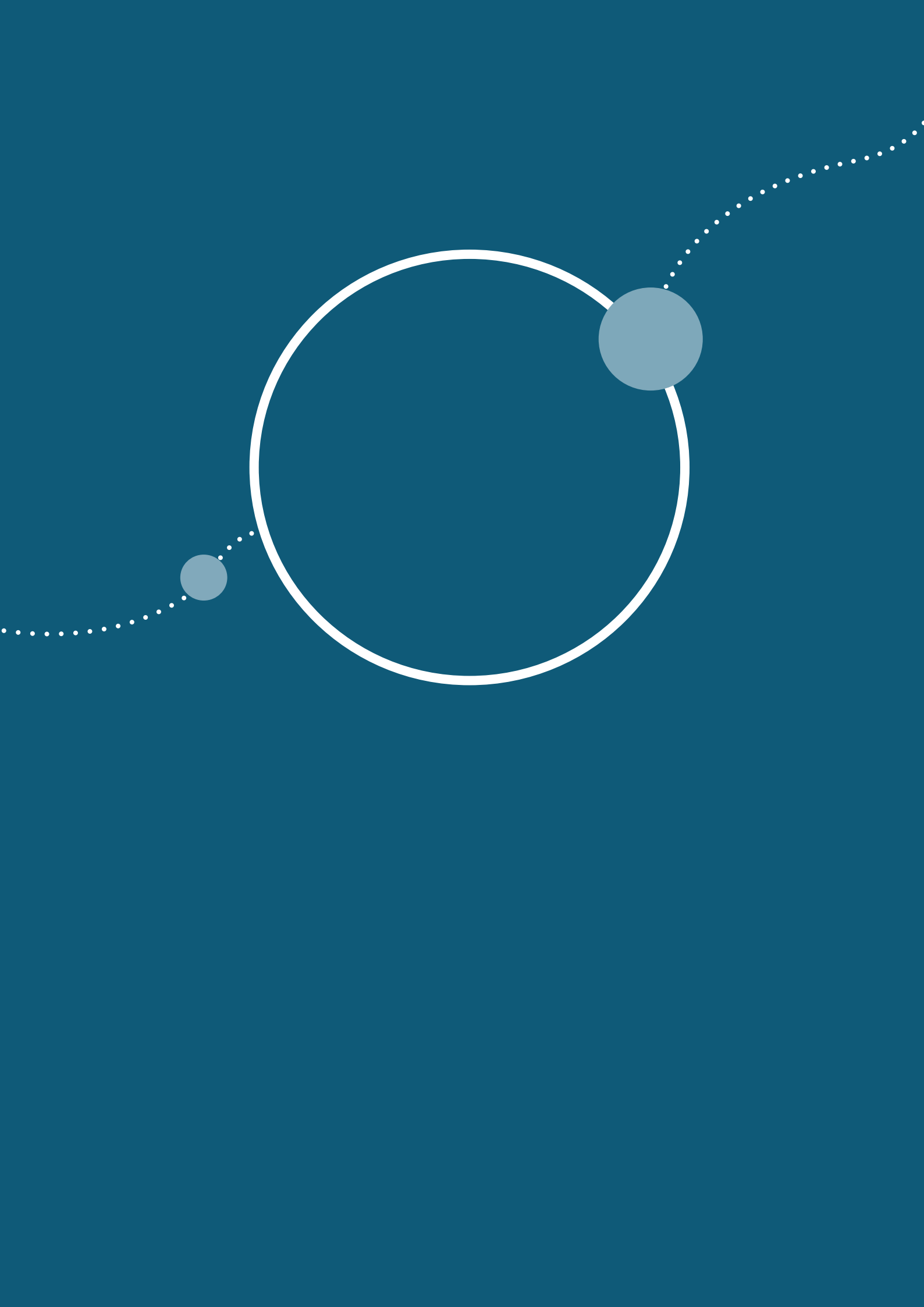
Revisão de Texto

Marion Frank

GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL



Para fazer frente a um cenário de insustentabilidade financeira e endividamento, o Governo de Alagoas reestruturou a gestão fiscal e alcançou maior solidez e sustentabilidade na área. Além de viabilizar o financiamento de políticas sociais, a Gestão Fiscal Responsável tem promovido maior qualidade e equidade na arrecadação e fortalecido o desenvolvimento socioeconômico de Alagoas.



Sumário

APRESENTAÇÃO 10

PANORAMA 12

O que é o Programa de Gestão Fiscal Responsável? 12

Quais problemas buscou resolver? 14

Solução encontrada 15

Por que é estratégico? 15

Pontos centrais do Programa 16

IMPLEMENTAÇÃO 18

Formulação de agenda e política 18

Estudos e diagnósticos 19

Ações Estruturantes 21

Implementação 23

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 28

Insumos 28

Entregas e resultados 29

Ciclo de resultados e impactos 30

APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um dos resultados da **Sistematização de Programas Estratégicos do Governo de Alagoas**. Este produto é parte do Eixo 1 do projeto Visão Alagoas 2030, parceria entre ONU-Habitat e o Governo do Estado de Alagoas, para promover uma prosperidade urbana sustentável e inclusiva no estado, que se refere a coleta e sistematização de dados e informações, buscando fortalecer a utilização de evidências na formulação de políticas públicas e os mecanismos de monitoramento e análise situacional.

Elaborado em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o produto engloba uma seleção de 09 Programas Estratégicos executados pelo Governo de Alagoas, que foram sistematizados a partir das análises de informações-chave coletadas em pesquisas e entrevistas com servidores das diversas secretarias. Neste documento, apresentamos o resultado do **Programa de Gestão Fiscal Responsável**.

Objetivos da Sistematização de Programas Estratégicos

1. Gerir o conhecimento, por meio do registro e sistematização de informações já produzidas e presentes na memória de parceiros e implementadores.
2. Contribuir para o diálogo entre implementadores e sociedade civil em torno do ciclo dos programas, com foco no seu monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento.
3. Divulgar experiências exitosas, com destaque para o desenho de implementação e a trajetória de cada política pública.

Metodologia

Para construir cada documento temático, foram aplicadas diferentes metodologias de pesquisa qualitativa, combinando análise de centenas de documentos produzidos no âmbito dos programas do Governo de Alagoas; entrevistas em profundidade com 24 gestores e 14 oficinas, com mais de 60 pessoas, além de 10 reuniões de apresentação de metodologia de trabalho.

Neste percurso, o registro buscou trazer uma estrutura conceitual comum entre eles que traduzisse de forma direta e comparável as trajetórias: do relato do ciclo de formulação e implementação ao monitoramento e avaliação de cada programa.

Com isso, foi possível desenvolver um panorama das suas principais características e resultados, se aprofundar nos programas e, em diferentes momentos e instâncias, debater as suas trajetórias e construir uma visão compartilhada das principais informações que os descrevem. Esta abordagem aproximou o registro à experiência concreta dos implementadores, buscando traduzir esta trajetória de forma direta e sintética.



Localização dos ODS

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como as 169 metas da Agenda 2030, precisam ser localizados em âmbito global, nacional e estadual.

Localização é o processo de levar em consideração os contextos locais, tanto para estabelecer os objetivos e metas, como para determinar os programas de implementação e os indicadores para mensurar e monitorar sua evolução.

Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional – ONU Brasil, 2016.

Clique no QR Code ou escaneie para saber mais!



ODS LOCALIZADOS NO PROGRAMA GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL



PANORAMA

O que é o Programa de Gestão Fiscal Responsável?

O objetivo do Programa é implementar ações de reestruturação da gestão fiscal do Estado de Alagoas para promover sustentabilidade fiscal e financiamento regular e contínuo para as políticas públicas sociais. Com isso, busca-se fortalecer a qualidade e equidade na arrecadação e fazer uma melhor alocação dos recursos com foco principal no desenvolvimento socioeconômico justo para alagoanas e alagoanos.

Implementação do Programa

Para fazer frente a um cenário de insustentabilidade financeira e endividamento, o Governo de Alagoas passou a investir, a partir de 2015, na promoção de melhorias, reestruturação da administração tributária e financeira e gestão dos gastos públicos:

1. Mais qualidade na arrecadação, fortalecendo a fiscalização dos tributos e simplificando a legislação tributária, de forma a reorganizar os benefícios fiscais e redistribuir a carga tributária para promover o desenvolvimento inclusivo;
2. Reestruturação financeira do estado, buscando melhorar a gestão da dívida pública e da folha de pagamentos, aumentar a eficiência das despesas por meio do monitoramento dos programas orçamentários e promover a otimização da gestão dos gastos públicos na ponta através da implementação de programação financeira de todas as secretarias e órgãos.

Resultados fiscais de destaque

O conjunto de ações para reestruturar a gestão fiscal assegurou uma trajetória sustentável de resultados em Alagoas, dentre os quais se destacam:

- > Relação entre despesas com pessoal e receita corrente líquida abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal: de 49,7%, em 2014 (acima do limite máximo de 49%) para 35,6%, em 2021 (Balanço Geral do Estado de 2021).
- > Queda na relação entre dívida e receita consolidada líquida no Estado: a relação passou de 1,6, em 2014, para 0,87 em 2020. Esse avanço no controle fiscal tem impactos na avaliação do Estado pelo Tesouro nacional, passando do rating CAPAG-STN “D” em 2014 para o rating “B” em 2021.
- > Melhoria da gestão fiscal e aumento expressivo dos investimentos do Tesouro, de R\$ 150 milhões em 2015 para R\$ 620 milhões em 2020 (Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO).
- > Aumento da arrecadação de tributos estaduais em 17,4% acima da inflação, em seis anos, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com destaque para o ITCD e o IPVA.

Impacto e beneficiários

Em 2010, o estado possuía o pior resultado do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Hoje, mesmo com melhorias desse índice nos últimos anos, 43,9% da população de Alagoas vive em situação de pobreza e 11,8%, em extrema pobreza (IBGE, 2020). Esse quadro demonstra a intensa demanda por serviços públicos no estado, tanto em relação à prestação de serviços públicos essenciais — como saúde, educação e segurança pública —, quanto à transferência de renda. Nesse quadro, o programa Gestão Fiscal Responsável promove uma administração mais transparente e eficiente dos seus recursos públicos, beneficiando a sociedade alagoana como um todo e, principalmente, as populações mais vulneráveis, que recebem mais atendimentos e recursos a partir de programas e serviços públicos.

Parcerias para qualidade da gestão

O **Programa Gestão Fiscal Responsável** promovido em Alagoas é desenvolvido pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz). Entre os agentes que atuam em colaboração com a Sefaz, vale destacar: órgãos do Governo de Alagoas, com destaque para o Gabinete do Governador, a Assembleia Legislativa, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), e os governos dos Estados do Nordeste, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, cujas trocas têm aprimorado a gestão tributária de Alagoas.



Quais problemas buscou resolver?

- > **Trajetória fiscal insustentável:** em 2015, esse era o cenário da situação fiscal alagoana:
 - Pela primeira vez desde 2000, Alagoas havia obtido um resultado primário negativo (2014);
 - Era o 4º Estado mais endividado do país, sem possibilidade de fazer empréstimo, segundo a análise da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - Apresentava um alto grau de comprometimento de seu orçamento com despesas obrigatórias — especificamente, com pessoal e dívida — e dependência em relação às transferências federais;
 - Possuía histórico de uso de operações de crédito para pagar despesas correntes.
- > **Gestão tributária ineficiente e defasada:** os benefícios fiscais existentes eram amplos e complexos, com critérios de concessão pouco objetivos, o que dificultava a atração de investimentos para gerar emprego e renda no estado, assim como sua fiscalização. Além disso, havia uma dificuldade de arrecadação própria do governo, devido à operação dos tributos ser pouco clara e ineficiente e a legislação tributária estadual e as práticas adotadas pelo fisco serem defasadas, se comparadas com outros estados do Nordeste.
- > **Situação contábil frágil:** a conjuntura inicial da gestão, em 2015, era de insuficiência de recursos e registros contábeis inconsistentes. Ainda que o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Estado indicasse disponibilidade financeira de R\$ 959 milhões, por exemplo, os recursos financeiros disponíveis em contas bancárias constituíam um montante muito inferior. De fato, os extratos mos-

travam outro cenário, com recursos não vinculados insuficientes inclusive para o pagamento de despesas com pessoal, que era realizado no 10º dia do mês subsequente devido à dependência dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Estados – FPE. Frente a essa situação, o Estado realizou no primeiro mês de 2015 um diagnóstico de sua situação fiscal, no qual foi identificado desequilíbrio estrutural da ordem de R\$ 800 milhões, equivalente a 11% da receita corrente líquida.

Avaliações externas mostravam que o quadro causava preocupação, inclusive quando comparado ao demais estados do país. Alagoas era o 5º estado com maior percentual de receitas de transferências no total de receitas primárias em 2015¹ e possuía Classificação “D” na avaliação de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que inviabilizava o acesso do estado a operações de crédito.

- > **Déficit orçamentário:** o déficit estrutural de R\$ 200 milhões entre despesas e receitas foi destaque no período 2011-2014. Descontados os valores relativos às operações de crédito e receitas extraordinárias, esse déficit chegava a totalizar R\$ 600 milhões.²
- > **Falta de estratégias de capacitação do corpo técnico:** a falta de treinamento e capacitação do corpo técnico, as estruturas precárias de trabalho e a falta de estratégia na realocação da mão de obra existente contribuíam ainda mais com a situação fiscal deteriorada do estado.

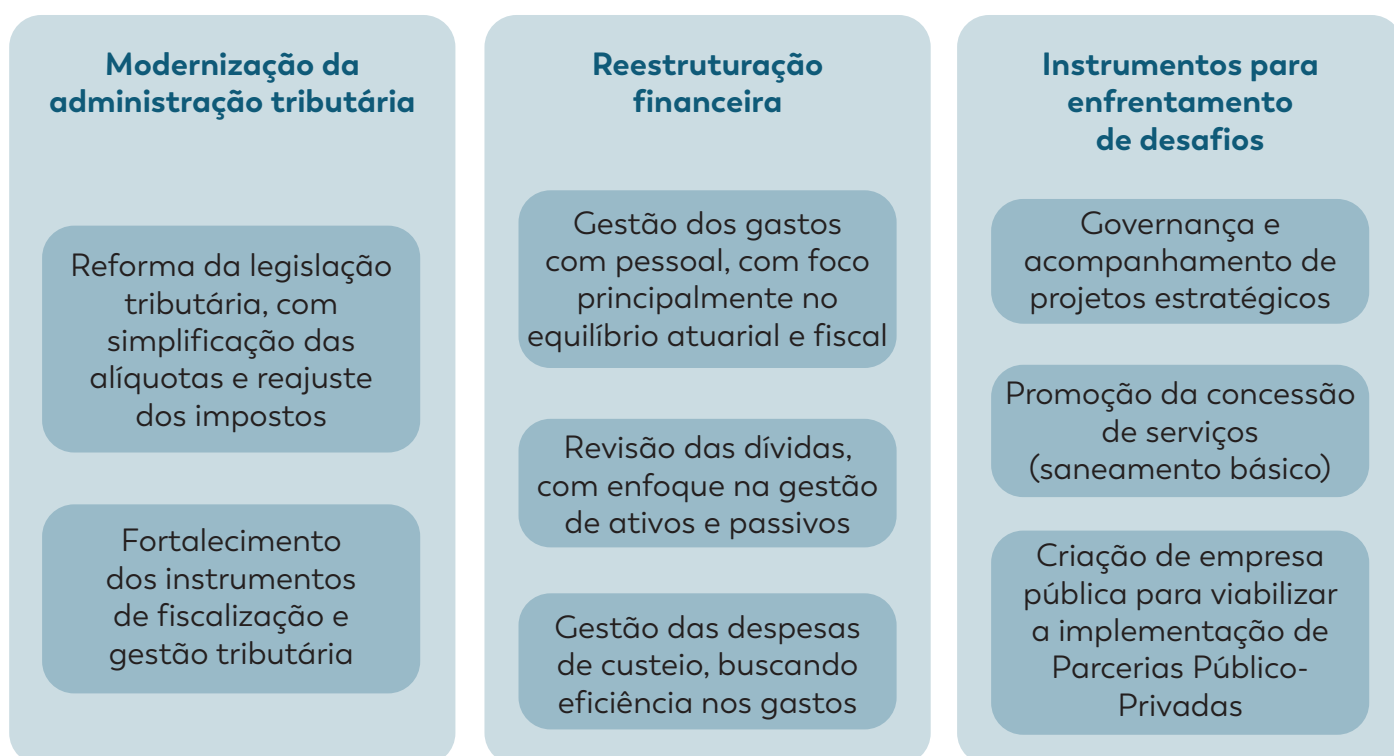
O resultado dessa conjuntura era uma situação fiscal pouco sustentável, com dificuldade de garantir o uso eficiente do orçamento público.

¹ Boletim das Finanças Públicas dos Entes Subnacionais, 2016.

² Gestão Fiscal em Alagoas, de Afonso e Pinto, presente no Livro Alagoas: Caminhos para o futuro, da FGV (2019), P 126.

Solução encontrada

A solução encontrada passou por estruturar a gestão fiscal a partir de processos de planejamento estratégico que buscassem uma atuação responsável e orientada por informações realistas e atualizadas. Com isso, foi possível organizar a atuação da Secretaria da Fazenda de forma articulada a uma visão abrangente para orientar os processos decisórios. A partir destes princípios, o Programa de Gestão Fiscal Responsável atuou em três frentes:

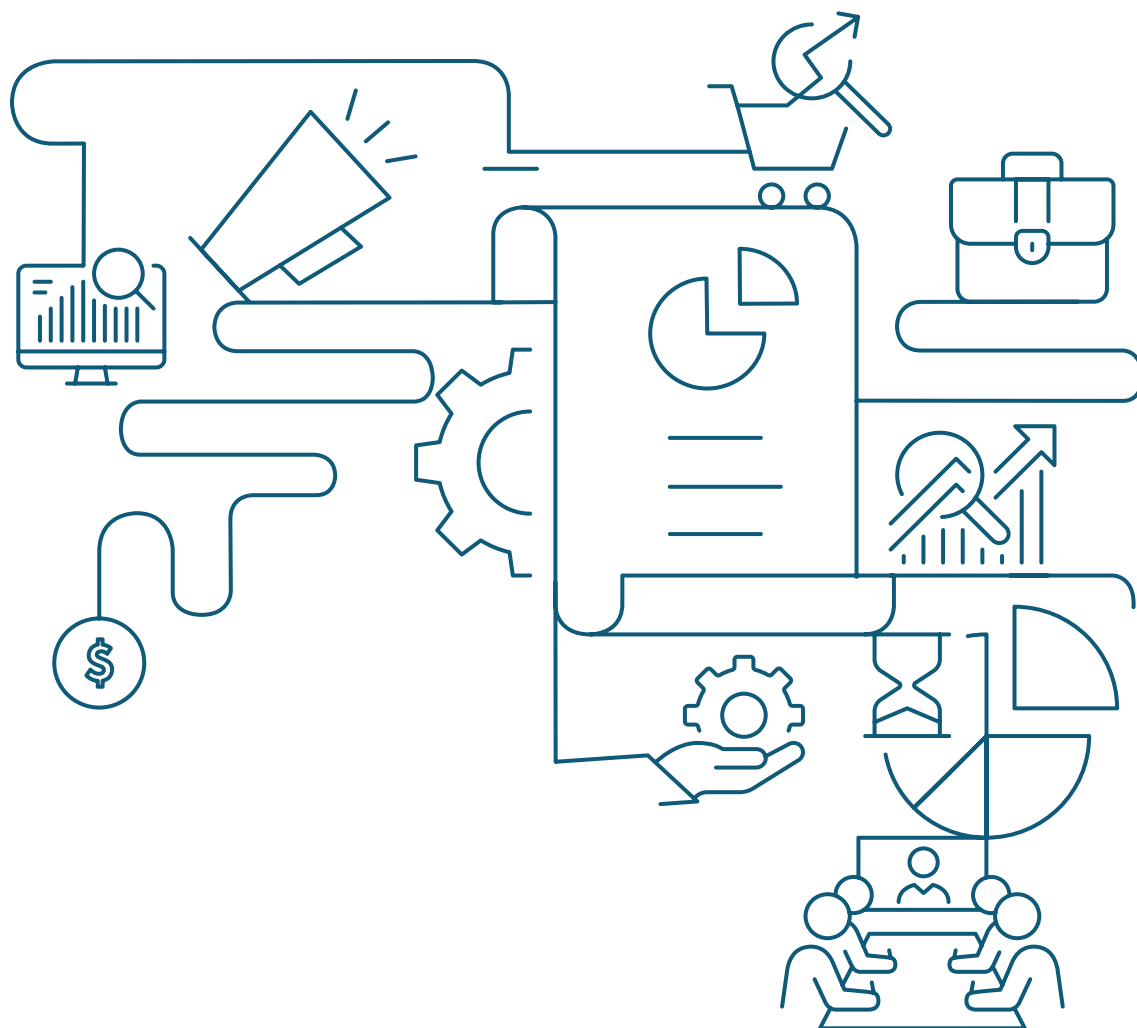


Por que é estratégico?

- > **Atua sobre problema estrutural:** o estado de Alagoas possuía uma situação fiscal delicada. As leis que regiam a tributação e sua contabilidade eram confusas. Com movimentação de receitas em diferentes contas, ainda não havia a unificação do orçamento e de contas. Em 2014, antes da implementação do programa, o governo estadual apresentou déficit primário, despesa com pessoal acima do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e utilização de operações de crédito como empréstimos para cobrir despesas correntes.
- > **Assegura recursos estáveis para as políticas públicas mais importantes:** planejar gastos a partir de informações confiáveis e atualizadas, assim como promover uma gestão fiscal responsável, garante que programas prioritários tenham continuidade e que recursos sejam direcionados a serviços públicos de qualidade. Propiciar sustentabilidade fiscal e uma tributação justa são ações necessárias para que o setor público consiga atender às demandas sociais de um estado que, em 2010, tinha o pior IDH do país e possuía, ainda em 2021, renda domiciliar per capita 30% menor que 1 salário-mínimo (IBGE, 2021).

Pontos centrais do Programa

- > **Sustentabilidade fiscal:** as mudanças realizadas pelo Programa têm o propósito de promover a sustentabilidade fiscal a médio e longo prazos, estruturando a administração financeira e tributária do governo.
- > **Investimento em gestão orientada por indicadores:** o trabalho da Sefaz se estrutura a partir de um acompanhamento contínuo e detalhado das receitas e despesas do estado. Para tanto, a equipe criou uma área responsável pelo acompanhamento da política fiscal, investindo em ferramentas de gestão da informação e capacitação para aprimorar processos. Sua atuação tem sido objeto de avaliações externas desde 2015, contribuindo para a compreensão da situação fiscal.
- > **Estruturação estratégica:** entre as ações importantes do trabalho de gestão fiscal desenvolvido desde 2015, destacam-se a mobilização de um corpo técnico qualificado e a estruturação da Secretaria com superintendências que permitam o acompanhamento contínuo da administração financeira e fiscal, além da capacitação e do apoio técnico às áreas financeira e contábil das secretarias. A esse respeito, ressalte-se ainda a criação de um departamento voltado à observação da aplicação da política fiscal do estado.
- > **Atualização da legislação tributária:** a nova legislação tributária aumenta a alíquota para artigos não essenciais e artigos produzidos fora do estado, proporcionando proteção concorrencial e viabilizando o crescimento da produção local. Tal mudança tende a aumentar o controle da arrecadação graças à utilização de ferramentas gerenciais mais modernas.





IMPLEMENTAÇÃO

Formulação de agenda e política

O diagnóstico realizado em 2015 conduziu a Sefaz a se concentrar nas contas do estado para entender a situação fiscal e a disponibilidade de recursos frente às despesas existentes, especialmente as relacionadas a recursos humanos.

O movimento de imersão revelou um desequilíbrio fiscal:

- > Limite de despesas com pessoal de 49,7%, superior ao máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 49%.
- > Dívida Consolidada Líquida de 154% da Receita Consolidada Líquida.
- > Déficit orçamentário de R\$ 304 milhões.
- > Demonstrativos do Regime Próprio de Previdência com informações incompletas e Certificado de Regularidade Previdenciário (CRP) emitido judicialmente.
- > Déficit primário de R\$ 278 milhões (2014).
- > Aplicação na Saúde (11,9%), ligeiramente abaixo do índice de 12% determinado pela Constituição.

Esse quadro impulsionou o Governo de Alagoas, no início de 2015, a solicitar formalmente à Assembleia Legislativa a devolução da proposta orçamentária que havia sido enviada pela gestão anterior. Com isso, a equipe da Sefaz se deparou com receitas superestimadas e despesas subestimadas e/ou desconexas com a realidade. Exemplos:

- > Déficit estrutural do Estado de Alagoas de aproximadamente R\$ 600 milhões, equivalente a 13,4% da Receita Corrente Líquida do Estado, previamente financiado por operações de crédito nos exercícios de 2013 e 2014.
- > Identificação de que o Regime Próprio de Previdência do Servidor não constava na proposta orçamentária, o que subestimava as despesas uma vez mais.

A partir do diagnóstico inicial finalizado no primeiro trimestre de 2015 e da revisão da proposta orçamentária, o governo definiu frentes e estratégias a serem perseguidas em curto, médio e longo prazos.

Estudos e diagnósticos

A aplicação de estudos e diagnósticos é crucial para o acompanhamento da situação tributária e financeira de um estado. Assim, desde 2015, o Governo de Alagoas tem feito uso de inúmeros estudos internos para acompanhar as despesas orçamentárias, as receitas tributárias, as operações de crédito e as dívidas do estado – parte integral do trabalho da Sefaz. O uso de estudos, diagnósticos e avaliações é importante para:

1. Identificar êxitos nas medidas implementadas e fragilidades a serem corrigidas, aprimorando a capacidade de atuação.
2. Permitir o acompanhamento da situação fiscal não só internamente, mas também por órgãos externos de interesse, como a Secretaria do Tesouro Nacional.
3. Comprovar aderência ao Programa de Ajuste Fiscal do Governo Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal.
4. Alcançar transparência, credibilidade e legitimidade para as mudanças promovidas, a partir do reconhecimento interno e externo dos êxitos de uma gestão fiscal responsável, inclusive com a contratação de agências de ratings independentes e especializadas.

Em conjunto com o processo contínuo de monitoramento, o Estado de Alagoas foi avaliado por entidades externas sobre a qualidade de sua administração fiscal e o risco de crédito. Os resultados serviram de referência para salientar a conquista de avanços e orientar a promoção de mudanças. Exemplos:

Avaliações internacionais:

- > *Ferramenta de Diagnóstico para Avaliação da Administração Tributária (TADAT, em inglês) (2017)*: avaliação internacional que utiliza metodologia desenvolvida pelo Banco Mundial, em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI), avaliando 47 dimensões da atuação do fisco, como eficiência e eficácia operacional, garantia da exatidão das informações prestadas e transparência, entre outras.
- > *Avaliações de risco de crédito*: o Estado de Alagoas foi avaliado pelas agências internacionais de classificação de risco de crédito Standard & Poors (2018, 2019, 2021) e Fitch Ratings (2020). Para tanto, as agências apreciam indicadores como Robustez e Ajustes de Receitas (do estado e de transferências), Sustentabilidade e Ajuste das Despesas, Robustez de Passivos e Liquidez e Flexibilidade de Passivos e Sustentabilidade da Dívida.
- > *Avaliação da Maturidade da Gestão Fiscal (MD-GEFIS)*: aplicada para avaliar a gestão fiscal subnacional brasileira em sua especificidade e integralidade. Em uso desde 2017, a MD-GEFIS está organizada em três eixos: (i) gestão fazendária e transparência fiscal; (ii) administração tributária e contencioso fiscal; e (iii) administração financeira e qualidade do gasto público.
- Obter essa avaliação é condição para fazer parte do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (PROFISCO) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que oferece financiamento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos estados brasileiros. Desde 2015, o estado de Alagoas já participou de duas rodadas do Programa.

Avaliações externas brasileiras:

- > *Capacidade de Pagamento (CAPAG)*: desde 2016, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulga o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, no qual os estados da federação têm sua situação fiscal avaliada. O estudo identifica, desde os anos 2000, a capacidade de pagamento das dívidas e seus resultados podem impactar operações de crédito estadual que contam com a garantia da União. De 2015 até o presente momento, o Estado de Alagoas tem melhorado seu lugar no ranking em várias dimensões da situação fiscal, como a do resultado primário e da proporção de receitas originárias de operação de crédito, além de ter melhorado sua classificação no índice, passando de D em 2014, para B em 2021.
- > *Ranking de Competitividade dos Estados do Centro de Liderança Pública (CLP)*: o Estado de Alagoas melhorou sua posição durante as duas últimas gestões e passou, no quesito solidez fiscal, do 23º lugar (2016) para o 3º (2022).

Estudos externos contratados:

- > *Avaliação atuarial da Previdência*: o Governo do Estado de Alagoas realiza anualmente o estudo de consultoria para apurar a saúde financeira da Alagoas Previdência. O estudo levou em conta estatísticas referentes aos segurados vinculados ao Estado, as provisões técnicas, o passivo atuarial, os custos, as contribuições necessárias dos servidores e do Ente Federativo, assim como os fluxos de despesas e as receitas previdenciárias.
- > *Planejamento estratégico (2017)*: realizado no intuito de definir objetivos de resultado de médio prazo e estratégias específicas das áreas finalísticas da Sefaz para aumentar a arrecadação, melhorar a relação fisco-contribuinte, impulsionar o crescimento, promover a estabilidade financeira, contribuir para o aprimoramento da qualidade do gasto público, transformar a administração financeira do governo como um todo e alcançar a excelência operacional.



Ações Estruturantes

Para desenvolver as ações que permitiram o aprimoramento fiscal do Estado, foi necessária a modernização e estruturação de boas práticas de gestão interna da Sefaz, processo em vigor desde o início da gestão, em 2015, que tem permitido a tomada de decisões estratégicas a partir de informações atualizadas e transparentes.

Gestão informada por análises atualizadas do cenário fiscal

A criação da Superintendência de Política Fiscal, setor responsável pela análise e pelo monitoramento das receitas e despesas a partir de indicadores detalhados e atualizados, possibilitou a tomada de decisões e o diálogo qualificado entre secretarias. O diálogo frequente dessa unidade com a alta gestão da Secretaria, setores da Sefaz e órgãos estaduais e federais permitiu orientar a gestão por meio de:

- > Elaboração de cenários fiscais realistas para orientar metas e instrumentos de planejamento orçamentário, a partir de um trabalho minucioso de busca de informações e de identificação e análise de fatores que podem influenciar as metas. Resultando em:
 - Definição mais consistente de metas fiscais e análise de riscos fiscais que irão compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como a situação dos precatórios, variação cambial, pandemia, entre outros.
 - Produção de balanço orçamentário anual, destacando resultados obtidos em receitas e despesas e identificando fatores importantes para alcançar o quadro anual.

- Elaboração e acompanhamento das metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) e do relatório de avaliação para a Secretaria do Tesouro Nacional.
- > Acompanhamento regular dos principais indicadores de receita e despesa para orientar a programação orçamentária, as cotas mensais de desembolso e a avaliação sobre mudanças orçamentárias do Governo do Estado. Essencial para promover a sustentabilidade fiscal a longo prazo, está baseado em: monitoramento intensivo das informações sobre execução orçamentária, avaliação crítica das informações sobre despesas, e acompanhamento e reestimativa mensal das receitas a partir de informações atualizadas sobre fluxo de caixa do tesouro e previsão de transferências federais, entre outras.

Investimento em ferramentas de inteligência fiscal

Para fortalecer e aprimorar os acompanhamentos, a Sefaz investiu no desenvolvimento contínuo das ferramentas de gestão, fundamentais tanto para os objetivos de curto prazo da gestão fiscal, como também para a manutenção de cada meta. Assim, merecem destaque:

- > Desenvolvimento de **capacitações para auditores e servidores** para aprimorar suas habilidades de atuação, com destaque para capacitações desenvolvidas em cooperação com outros estados. Por exemplo, o treinamento para uso do programa Auditor Eletrônico Nacional, realizado em parceria com a Sefaz de Minas Gerais.
- > Investimento em **tecnologia de informação**, que aprimora processos e desenvolve ferramentas úteis à gestão cotidiana do fisco, tais como:

- **Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil do Estado (Siafe)**³: permite a contabilização e a gestão financeira e orçamentária de forma automática, garantindo agilidade, transparência e controle às rotinas de trabalho e otimização dos gastos públicos. A implantação do Siafe teve valor capital ao gerir o relacionamento entre órgãos do Governo do Estado de Alagoas;

O **Siafe** foi desenvolvido a partir do código fonte cedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em convênio de cessão que teve como contrapartida o sistema de cálculo automático tributário (CALT). A plataforma permitiu não só a economia de recursos, mas também a adequação de suas funcionalidades às necessidades específicas do Governo de Alagoas.

- **Cálculo Automático de Tributos (CALT)**⁴: desenvolvido pela Sefaz em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (Fapeal), automatiza o cálculo dos tributos devidos em operações interestaduais de trânsito de mercadorias a partir de informações presentes na nota fiscal⁵. Essa ferramenta facilitou o trabalho do auditor que realizava o cálculo do tributo manualmente no posto fiscal, trouxe transparência e agilidade para as empresas, uma vez que o valor devido a ser recolhido pelas mesmas consta na internet; e proporcionou a fiscalização de 100% das notas fiscais, deslocando o patamar de arrecadação do estado.

Antes do **CALT**, a checagem do cálculo era feita por fiscais que não possuíam capacidade operacional para fazer o controle efetivo do ICMS devido das notas fiscais de todas as mercadorias em circulação no estado. Hoje, esse cálculo é realizado antes mesmo de a mercadoria chegar ao destino, ocorrendo cobrança apenas dos caminhões em situação de inadimplência. Na comparação entre os anos de 2020 e 2021, o Estado de Alagoas arrecadou R\$ 315 milhões a mais no primeiro quadrimestre de 2021 após a implantação da ferramenta.

- **Processo Administrativo Tributário Eletrônico (e-PAT)**⁶: a nova versão do e-PAT virtualizou os processos administrativos da Fazenda e facilitou a rotina dos servidores. Além disso, trouxe diversos benefícios ao contribuinte por proporcionar maior agilidade e acesso aos trâmites tributários realizados em tempo real através do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE).

- **Ferramentas de gestão interligadas.** Para operar o orçamento, grupos de trabalho coordenados pela Sefaz fazem o acompanhamento do uso de recursos, além da implementação de diretrizes que atrelam as autorizações de saques dos diferentes órgãos à compilação dessas informações aos órgãos e ao Siafe. Isso contribui para a transparência, qualidade da informação e agilidade na gestão orçamentária do Estado.

³ <http://www.sefaz.al.gov.br/siafe>

⁴ <https://sol.sbc.org.br/index.php/wcge/article/view/15984/15825>

⁵ <https://www.fapeal.br/2021/08/calculo-automatizado-sefaz-ufal/>

⁶ <http://www.sefaz.al.gov.br/artigo/itemlist/tag/ePAT>

Implementação

A implementação das mudanças desenvolvidas dentro do governo alagoano para melhorar sua situação fiscal se deu nas seguintes frentes: modernização tributária e fortalecimento da fiscalização, otimização das despesas e gestão da dívida pública.

1) Modernização tributária

O Estado de Alagoas promoveu modificações na legislação tributária e equiparou seus tributos aos dos estados do Nordeste, além de simplificá-los, tornando compreensíveis classes e alíquotas de tributação para garantir maior justiça fiscal.

QUADRO: Principais mudanças na legislação tributária de Alagoas

Imposto	Legislação	O que mudou?
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA)	Lei original: Lei nº 6555 de 30 de dezembro de 2004 Mudanças realizadas na gestão: Lei nº 7745 de 09 de outubro de 2015	<ul style="list-style-type: none">> Mudança na isenção e nas alíquotas do tributo.> Inclusão da seletividade no imposto ao ajustar a alíquota dos automóveis de acordo com a sua potência: quanto maior a potência, maior a alíquota.
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	Lei original: Lei nº 5900 de 27 de dezembro de 1996 Mudanças realizadas na gestão: Lei nº 7740 de 09 de outubro de 2015	<ul style="list-style-type: none">> Reajuste da alíquota de ICMS para diversos produtos, seguindo a média de valores praticados no Nordeste.> Revogação do tratamento tributário simplificado para o setor da construção civil.> Inclusão de penalidades mais rigorosas para empresas que praticam com frequência infrações à legislação fiscal.> Reajuste das taxas cobradas ao contribuinte referente a obrigações acessórias, como a autenticação de livros fiscais e a baixa de inscrição, entre outras;> Adequação e aplicação de alíquotas maiores para bens não essenciais e/ou de luxo (banheiras de hidromassagem e joias, por exemplo).

Além de atualizar a legislação tributária, o governo estadual modernizou o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (Prodesin). Este concede incentivos fiscais a determinadas cadeias de produção e busca ofertar “estímulos voltados à expansão, ao desenvolvimento e à modernização das indústrias alagoanas, inclusive as de base tecnológica e as de micro e de pequeno porte”⁷. Alguns destaques do Programa:

- > **Redução da incidência:** a revisão realizada em 2016 simplificou e modernizou o programa, retirando até 92% do ICMS dos produtos beneficiários⁸;
- > **Setores beneficiados:** sobressaem-se os mercados de leite, carne bovina, querosene de aviação (que contribuiu para o aumento de voos ao estado e, conseqüentemente, a expansão do turismo em Alagoas), e de atacadistas de medicamentos e material médico hospitalar⁹;
- > **Desenvolvimento Econômico:** em 2019, o boletim de conjuntura econômica da Sefaz mostrou que os incentivos fiscais promoveram a entrada de empresas no Estado e o crescimento de empregos, sobretudo nas cidades turísticas.

Melhoria da fiscalização: a equipe da Sefaz criou grupos de trabalho específicos para a fiscalização de setores econômicos, privilegiando o monitoramento da tributação dos principais contribuintes (que representam 80% da arrecadação), entre outras ações. O governo também investiu na criação e reforma dos pontos fiscais, qualificando equipamentos responsáveis pela fiscalização de produtos originários de outros estados.

2) Otimização das despesas

A segunda frente de ação envolveu a otimização de despesas, possível por meio da redução das despesas com pessoal e do aprimoramento da gestão dos gastos de custeio.

Monitoramento intensivo das despesas de custeio: para implementar e aperfeiçoar processos de acompanhamento e redução dos gastos, foram criados:

- > Mecanismos que garantem uma maior capacidade de acompanhamento, como:
 - Implementação da Conta Única para realização de gastos;
 - Implantação de uma Programação Financeira para uso dos recursos pelos órgãos de Governo;
 - Desenvolvimento de grupos de trabalho de acompanhamento da programação orçamentária;
 - Implantação do Siafe, essencial para acompanhar o uso do orçamento estadual.
- > Comissão para a renegociação de contratos, reduzindo seus custos em cerca de 14%.
- > Criação de Programa de *Compliance*.
- > Comitê de Investimentos do Estado, com a função de definir diretrizes para a aplicação de recursos.

Parte importante do trabalho de otimização dos gastos só foi possível pelo diálogo criado entre Sefaz e órgãos de Governo e pela prioridade dada a melhoria do uso dos recursos públicos na agenda de Governo.

⁷ Decreto N° 48020 DE 14/04/2016 alterou a regulamentação do Prodesin, criado pela Lei n° 5.671, de 1° de fevereiro de 1995.

⁸ Ver: FGV Projetos. *Alagoas: caminhos para o futuro*. Rio de Janeiro, 2019.

⁹ Ver: FGV Projetos. *Alagoas: caminhos para o futuro*. Rio de Janeiro, 2019.

O gasto com pessoal esteve entre as prioridades do Governo de Alagoas desde que, em 2014, obteve um resultado de gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida acima do limite máximo disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (49,71%). Para solucionar essa situação, o Governo de Alagoas efetuou as seguintes mudanças:

Redução das despesas com pessoal a partir do controle de folhas de pagamento, resultando em uma diminuição estimada em R\$ 1,5 bilhão para o período entre 2017 e 2022. Entre as medidas adotadas, destacam-se:

- > Recadastramento presencial de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- > Redução de 30% de todos os cargos comissionados em 2015;
- > Redução de cinco secretarias dentro do Poder Executivo;
- > Criação de processo para realização de impacto atuarial em todas as solicitações de mudança de planos de cargos e salários;
- > Demissão de mais de 1.000 funcionários celetistas, alocados em empresas estatais em processo de liquidação.

Reformas da Previdência: o Governo de Alagoas realizou três reformas previdenciárias que estruturaram o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas (RPPS-AL) a partir das Lei Estadual nº 7.751/2015, Lei Complementar Estadual nº 52/2019 e Lei Complementar nº 54/2021. Entre as mudanças, destacam-se:

- > Equiparação das regras de pensões estaduais às regras já adotadas pela União, caso da alíquota de 14% de contribuição previdenciária para servidores, e do aumento da idade mínima;
 - Exceção foi a decisão governamental de instituir o benefício especial a servidores anteriores à criação do regime de previdência complementar, com isenção da contribuição.
- > Transferência para os demais Poderes da responsabilidade pelo financiamento de seus déficits previdenciários, antes assumida exclusivamente pelo Poder Executivo;
- > Criação da autarquia responsável pelo RPPS-AL, a Alagoas Previdência¹⁰, e criação do Regime de Previdência Complementar para novos servidores.

Destacam-se ainda auditorias e recadastramentos que permitiram uma economia de R\$ 66 milhões na folha de pagamento de pensionistas e inativos em 2017 e acordo judicial junto à Advocacia Geral da União (AGU), mediado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reduziu o débito previdenciário de R\$ 4 bilhões para R\$ 400 milhões.



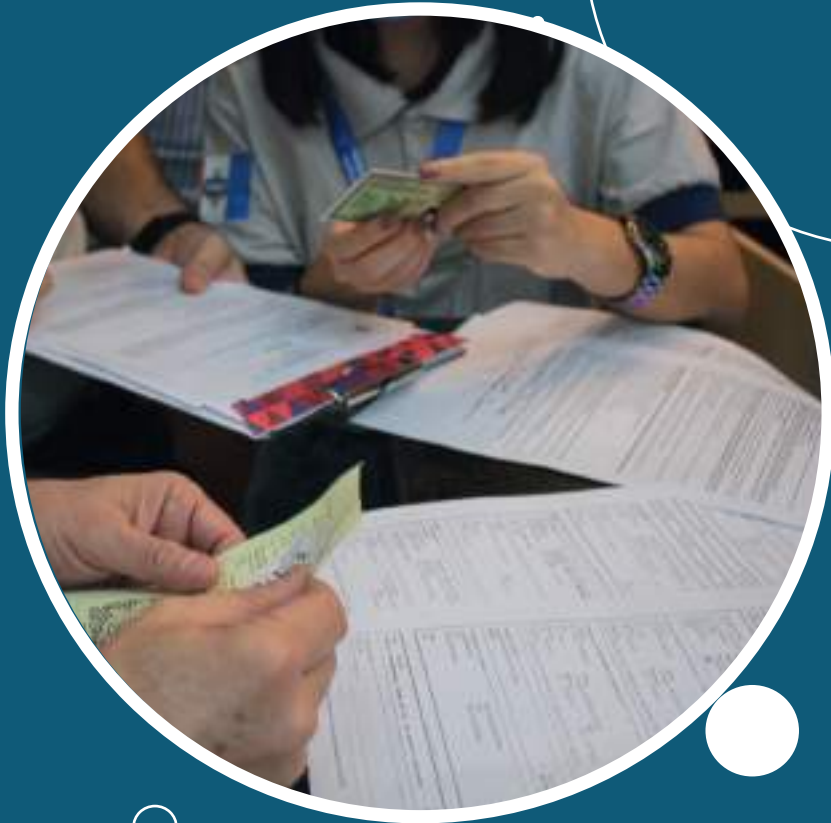
3) Aperfeiçoamento da gestão da dívida pública

Parte importante do trabalho realizado no Programa estratégico foi a gestão da dívida pública. Para tanto, a Sefaz atuou na renegociação das dívidas com a União e na quitação dos precatórios.

- > Dívidas com a União: representavam 71% do endividamento do Estado de Alagoas. Entre 2014 e 2016, o Governo Federal sancionou duas leis complementares que estabeleceram a possibilidade de renegociação e aditamento das dívidas dos estados com a União, contanto que o Estado aderisse ao Programa de Acompanhamento Fiscal (PAF) e cumprisse medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal.
 - O Estado de Alagoas, que já era signatário do PAF, aderiu, em 2016, à reformulação proposta pelo Programa. O resultado foi o alongamento do prazo de pagamento das dívidas em 20 anos, com redução de encargos e diminuição do valor das parcelas.
 - Em maio de 2016, o Governo de Alagoas assinou o aditivo e foi beneficiado pelo recálculo da dívida (entre 1997 e 2012), utilizando a Selic em substituição ao IGP-DI, o que reduziu seu saldo devedor em mais de R\$ 2 bilhões, ou seja, aproximadamente 20% da dívida naquela época.
 - Além disso, o Estado aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), que permitiu utilizar os prejuízos fiscais do Produban (Banco da Produção do Estado de Alagoas - em liquidação) para o abatimento de R\$ 550 mi-

lhões de seu estoque da dívida revisado com a Receita Federal, total relativo ao parcelamento de PIS/PASEP e às contribuições previdenciárias do INSS.

- > Precatórios: o Governo de Alagoas quitou todo o saldo de precatórios em novembro de 2018, tornando-se o terceiro Estado da federação a entrar no Regime Geral de Precatórios:
 - Isso foi possível a partir da consolidação, auditoria e recálculo da dívida com precatórios, reduzindo o montante total para R\$ 350 milhões. Com isso, o volume anual de gastos com precatórios acabou por diminuir, passando de R\$ 89 milhões, em 2014 para R\$ 43 milhões, em 2020.
 - Em 2020, também foi criada a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos. Entre seus objetivos, está a gestão de ações judiciais antes mesmo da sentença definitiva (transitado em julgado), reduzindo passivos judiciais com negociações favoráveis para o Estado. Apenas em 2020, o trabalho dessa Câmara resultou na redução de valores da ordem de R\$ 75 milhões em ações desfavoráveis ao Estado de Alagoas.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Esta seção tem como objetivo apresentar de maneira resumida o fluxo de transformação do Programa, de modo a conectá-lo a uma estrutura de monitoramento e avaliação da política. Desta forma, ele se integra à constituição do Observatório de Políticas Públicas de Alagoas, uma plataforma digital com matriz de indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com visão para os municípios de Alagoas.

Insumos

Representam as condições que possibilitam e potencializam a implementação do Programa. Observar a manutenção dos insumos é importante para compreender se eles seguem assegurando a sua implementação.

Entregas e resultados

São produtos diretamente vinculados às atividades de implementação do Programa, resultados da sua implementação, definidos de acordo com o planejamento dos órgãos.

Ciclo de resultados e impactos

Traz uma proposta de indicadores para monitoramento e avaliação do processo de mudança engendrado pelo programa.

Insumos

> **Apoio político e articulação governamental** para definir as prioridades e implementar as ações de Gestão Fiscal Responsável. Isso contribuiu para:

- Autonomia das superintendências em sua atuação técnica, importante para o sucesso da operação.
- Diálogo intragoverno fortalecido, a partir de grupos de trabalho e mecanismos de articulação entre órgãos e estímulo ao relacionamento com outros poderes estaduais.
- A capacidade de diálogo entre órgãos estatais contribuiu para a aprovação das reformas tributária e previdenciária e para o encaminhamento dos processos de concessão.

> **Diálogo e articulação entre estados** para desenvolver soluções colaborativas com o aprimoramento da contabilidade e gestão financeira:

- *Benchmarking* (pesquisa de referências): visitas a estados do Nordeste

e do Sudeste permitiram o intercâmbio de boas práticas quanto ao tratamento da dívida, do patrimônio, da gestão da informação e da regulação tributária.

- Colaboração em tecnologia de informação: equipe da Sefaz fez convênios de cessão e cooperação técnica com os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para implementação e desenvolvimento de sistemas informacionais efetivos.
 - Capacitação: as capacitações para auditores em sistemas de informação e fiscalização foram desenvolvidas com equipes de outros Estados.
- > **Planejamento da gestão:** o desenvolvimento de dois ciclos de planejamento estratégico permitiu definir as ações prioritárias e os objetivos de médio prazo a partir das percepções dos servidores da pasta, tornando possível mapear e selecionar os principais desafios e esboçar o planejamento de forma aderente às suas necessidades.



AMPLIAÇÃO DA JUSTIÇA FISCAL EM ALAGOAS

Arrecadação própria de impostos sobre o patrimônio:¹

(2014)
R\$ 3,130 milhões



Variação Real ²

17,4%

(2020)
R\$ 5,074 milhões

Aumento expressivo dos investimentos



R\$ 620 milhões (2020)

159 milhões (2014)



TRAJETÓRIA SUSTENTÁVEL COM AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:



A relação entre as despesas com pessoal e a receita corrente líquida reduziu de

49,7% (2014) para **41,5%** (2020)

A relação entre a dívida consolidada líquida e a receita líquida anual reduziu de:

166% (2014) para **57,8%** (2020)



¹ IPVA, ITCD e ICMS + Adicional ICMS

² Acima da inflação

Ciclo de resultados e impactos

Esta seção apresenta indicadores para acompanhar, monitorar e avaliar o Programa. Para isso, é preciso compreender o processo de mudança gerado por ele, incluindo seus resultados e impactos diretos e indiretos.



Nota: As figuras representam o **Ciclo de resultados e impactos** esperados do programa e os **Indicadores de monitoramento e avaliação**. As cores de cada caixa representam o indicador correspondente na tabela abaixo.

Indicadores de monitoramento e avaliação

Indicador (unidade de medida)	Método de cálculo	Por que usar?	Fonte Nível territorial
Proporção das Receitas Próprias sobre a Receita Corrente Líquida (%)	$\text{Volume de receitas próprias em reais} / \text{Receita Corrente Líquida} \times 100$	O indicador revela o grau de autonomia do governo estadual em relação à arrecadação própria	ME STN Estado de Alagoas
Proporção da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (%)	$\text{Dívida consolidada líquida} / \text{Receita corrente líquida} \times 100$	Indicador aponta o nível da dívida utilizando a definição do limite apontado pela Lei de Responsabilidade Fiscal	ME STN Estado de Alagoas
Proporção das Despesas com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (%)	$\text{Volume de despesas com pessoal} / \text{Receita corrente líquida} \times 100$	Indicador aponta o comprometimento com a folha de pagamento utilizando a definição do limite apontado pela Lei de Responsabilidade Fiscal	ME STN Estado de Alagoas
Proporção dos Investimentos sobre o Total de Despesas (%)	$\text{Despesas na categoria investimentos} / \text{total de despesas} \times 100$	Indicador aponta para a proporção do gasto público que é utilizado para investimentos	ME STN Estado de Alagoas
Proporção das receitas que incidem no patrimônio sobre as receitas tributárias (%)	$\text{Volume de receitas estaduais sobre o patrimônio (IPVA, ITCMD)} / \text{total de receitas tributárias} \times 100$	Indicador revela a proporção da arrecadação de impostos que incide sobre patrimônio	ME STN Estado de Alagoas
Capacidade de investimento do Estado (Conceito)	Nota do CAPAG calculada por estado	Indicador traduz a capacidade de investimento e pagamento segundo os critérios do tesouro nacional	ME ST Estado de Alagoas
Ranking de competitividade do Estado	Nota do Ranking do Centro de Liderança Pública (CLP)	Indicador oferece um parâmetro para analisar o grau de competitividade do estado comparativamente à outros entes	CLP Estado de Alagoas

Lista de Siglas

Secretaria do Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand)

Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra)

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep)

Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU-AL)

Regiões Administrativas (RAs)

Crédito das fotos e imagens

Página 7: (Foto: Ivo Neto) Fiscalização Contribuinte Arretado em operação.

Página 13: (Foto: Ivo Neto) Comitativa do Programa Contribuinte Arretado em operação que visitou empresas localizadas na parte baixa de Maceió.

Página 20: Reunião de planejamento estratégico-operacional.

Página 25: Certificado Pró-Gestão nível 3 para Alagoas Previdência - primeiro com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do país a obter o nível mais avançado do Ministério da Economia.

Página 27 (acima): Rodovia no Litoral Norte de Alagoas que recebeu investimentos em obras estruturantes.

Página 27 (abaixo): (Foto: Neno Canuto) Novos equipamentos entregues pelo Governo do Estado no município de Matriz de Camaragibe.

Capa, ilustrações, montagem da página 17 e infográfico da página 29: Camila Nogueira.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Programas estratégicos do governo de Alagoas :
gestão fiscal responsável / organização Governo
do Estado de Alagoas. -- 1. ed. -- Maceió, AL :
Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2023.

ISBN 978-65-86524-69-7

1. Alagoas (AL) 2. Desenvolvimento social
3. Desenvolvimento econômico 4. Responsabilidade
fiscal - Brasil 5. Políticas públicas - Brasil
I. Governo do Estado de Alagoas.

23-148933

CDD-361.30981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Assistência social e políticas públicas
: Bem-estar social 361.30981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Impressão: Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Papel de capa: Triplex 250g

Papel de miolo: Offset 120g

Tipografia: Boston





Programas Estratégicos do Governo de Alagoas

